

## A TRAVESSIA AMBÍGUA: EMANCIPAÇÃO LITERÁRIA E IDEOLOGIA COLONIAL EM CABO VERDE

Julio Cesar Machado de PAULA<sup>1</sup> (Doutorando UFMG)

**RESUMO:** No presente trabalho, analiso como os autores cabo-verdianos responsáveis pela publicação da revista *Claridade* (Manuel Lopes, Baltasar Lopes e Jorge Barbosa), embora tendo como objetivo a emancipação literária do arquipélago com relação à metrópole, reproduziram, em muitos dos seus textos poéticos, ficcionais ou ensaísticos valores ideológicos afins à política colonial salazarista. Destaco, dentro desse processo, o papel de pensador e defensor do modelo colonial português assumido por Gilberto Freyre, sobretudo nos livros *Aventura e Rotina*, de 1953, e *Mundo Novo nos Trópicos*, de 1963. Concluo, por fim, destacando o fato de que, embora uma parte significativa da historiografia contemporânea tenha assumido uma postura crítica com relação ao trabalho de Freyre, a idéia de que a colonização portuguesa, em alguns aspectos, teria sido benéfica aos povos colonizados, encontra ainda seus defensores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura cabo-verdiana; colonialismo; Gilberto Freyre.

### ***Claridade* e a transição para o modernismo**

A implantação de uma literatura que se pudesse definir como moderna em Cabo Verde se deu por um processo relativamente lento, em que se mesclaram, como em todo fenômeno de transição, elementos de ruptura, como a busca de uma identidade própria, e elementos de continuidade, como um certo sentimento de dívida para com a cultura da metrópole.

A revista *Claridade*, vinda à luz em 1936, foi, como se sabe, o órgão literário responsável pela introdução do modernismo no arquipélago, buscando promover uma emancipação temática e formal com relação aos modelos portugueses. No entanto, por se tratar, de certa forma, de um momento de transição, são perceptíveis nos ensaios e textos de ficção da revista, vestígios subjacentes da ideologia colonial portuguesa, revitalizada pelo salazarismo, que então dava seus primeiros passos. Justamente por situar-se em um momento de transição, traz em si “A contaminação do velho pelo novo e a emergência do novo a partir do velho.” (FERREIRA, 1986, p. LXXIX).

---

<sup>1</sup> UFMG, Faculdade de Letras / Capes. Rua Conde Ribeiro do Vale, 735, fundos, CEP 31030-470, Belo Horizonte/MG, Brasil.

No período que antecede imediatamente a *Claridade*, alguns autores portugueses, de passagem ou mesmo morando no arquipélago, ocupam lugar de destaque no cenário ainda restrito das letras cabo-verdianas. Alguns, como o capitão antifascista Augusto Casimiro, e José Osório de Oliveira, que publicou as *Mornas – Cantigas crioulas*, de Eugênio Tavares, em Portugal, contribuíram para a consolidação de um ambiente literário propício à emancipação dos autores cabo-verdianos a partir de meados da década de 1930. Tais autores cuidaram, além disso, de uma divulgação efetiva de revistas portuguesas que vinham divulgando idéias e preceitos estéticos modernistas em terras lusas.

Aos portugueses, somam-se três autores de extrema importância, que, embora nascidos em Cabo Verde, prendem-se ainda diretamente ao sistema literário português, numa espécie de indefinição identitária que levou Manuel Ferreira a classificá-los como a “geração da ambigüidade” (1986, p. XLV). São eles José Lopes, Pedro Cardoso e Eugênio Tavares, espécie de herói nacional cabo-verdiano.

Entender o arquipélago cabo-verdiano como uma extensão do território português, ou, em última análise, não se conseguir distinguir um espaço de outro, impede que se pense em uma relação de expropriação entre metrópole e colônia. Entendemos que nisso reside um dos suportes de legitimação do imperialismo colonial português, que se deixa ver, vez por outra, não apenas nas obras dos autores mencionados, mas em textos da própria *Claridade*.

Em José Lopes e Pedro Cardoso, tal indefinição quanto à origem e, portanto, quanto à própria identidade, se portuguesa, se cabo-verdiana, assume um caráter mítico a partir de comparações feitas por ambos entre Cabo Verde e grupos de ilhas lendárias, como as Hespérides. Nas *Hesperitanas* (1929), de Lopes, a indefinição de espaço alarga-se para abarcar também o Brasil, como se depreende dos versos seguintes:

gravados na minh'alma que assim sente,  
três nomes ficarão eternamente:  
Cabo Verde, Brasil e Portugal.  
(*apud* FERREIRA, 1986, p. XXXVII)

Já Pedro Cardoso, as vésperas do surgimento da *Claridade*, no prefácio de seu *Sonetos e Redondilhas*, de 1934, mostra-se bastante veemente ao considerar Cabo Verde um pedaço de Portugal: “Sim, seja entendido, de uma vez para todo o sempre, que Cabo Verde é tão Portugal como o Minho ou a Madeira.” (*apud* FERREIRA, 1986, p. LXX). Mesmo no prefácio que escreveu para a coletânea *Mornas – cantigas crioulas*, de Eugênio Tavares, obra tida como fundamental para a identidade cabo-verdiana, logrou afirmar que “Cabo Verde é uma terra portuguesa. Um bloco ideal do velho heroísmo lusitano...” (*apud* FERREIRA, 1986, p. LXX).

Mesmo a publicação da *Claridade* não logrou resolver definitivamente tal problema. Embora as associações míticas anteriores já não fossem tão freqüentes e a busca de uma identidade legitimamente cabo-verdiana estivesse entre os objetivos do grupo claridoso, ainda não se tem uma percepção nítida da revista como órgão de um movimento não-português. Um ano após a publicação do primeiro número, viria à luz na *Presença*, revista portuguesa em que colaboraram vários cabo-verdianos, o seguinte comentário sobre a *Claridade*:

É a primeira manifestação de *autêntico espírito moderno português* fora da metrópole. Note-se ainda o caráter nitidamente cabo-verdiano desta publicação, em que um particularismo indiscutível, uma personalidade própria, sabe integrar-se no universal sem perder as suas características. (FERREIRA, 1986, p. XXVI; grifo meu)

### **Luso-tropicalismo: a contribuição brasileira ao império**

É indiscutível a importância das letras brasileiras, seja pelo ensaísmo, seja pela literatura de criação, propriamente dita, para a consolidação do Modernismo em terras

cabo-verdianas. Imersos ainda no colonialismo português, os criadores da *Claridade* buscaram na experiência brasileira, dadas as similaridades de formação e, portanto, de condição, um novo ânimo, um novo sopro de espírito que cruzaria o Atlântico nas vozes de Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre e outros.

João Lopes, no artigo “Apontamento”, publicado no segundo número da *Claridade*, afirma que, pela falta de estudos próprios sobre a realidade cabo-verdiana, o melhor a fazer seria valer-se de estudos brasileiros, dada a similar formação afro-européia de ambos os países. Por “formação afro-européia”, entendia Lopes, naturalmente, a mestiçagem, sobretudo segundo a partir do que fora descrito na obra mais conhecida de Freyre.

De fato, *Casa Grande & Senzala* distingue-se dos trabalhos anteriores por incluir os índios, negros e mestiços como elementos decisivos para a constituição do povo brasileiro e de sua especificidade. Um enfoque, portanto, bastante distinto do de Oliveira Vianna e de outros adeptos, assumidamente ou não, das políticas oficiais de embranquecimento, enfraquecidas, é bem verdade, com a crise de 1929 e o fim da República Velha.

No entanto, seguindo preceitos das teorias funcionalistas norte-americanas, duramente criticadas por Antonio Candido em *Plataforma de uma geração*, Freyre procura analisar a História a partir da harmonização de opostos: o senhor e o escravo, a casa-grande e a senzala, pares que, devido à predisposição do luso para a miscigenação, aprendida ao longo de sua própria formação híbrida na península ibérica, misturaram-se sem que houvesse grandes tensões ou conflitos.

As “três raças tristes” conciliavam-se, por fim, numa relação supostamente harmoniosa, e os netos da antiga elite agrária brasileira, temerosos de qualquer associação com o passado escravocrata de seus ascendentes, abraçaram

entusiasticamente a idéia, mesmo porque, se não se concebia nosso passado como uma sucessão de atos de violência e exploração, não seria preciso repartir no presente, as riquezas do país. Antes, indígenas e africanos deveriam agradecer aos portugueses pelo tratamento benigno a eles dispensado, o que não teria acontecido se tivessem caído nas mãos de terríveis ingleses ou preconceituosos holandeses.

Não tardou para que o pensamento de Gilberto Freyre chegasse a outros cantos da lusofonia. Já, no segundo número da *Claridade*, em 1936, José Osório de Oliveira assinou um artigo intitulado “Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil”, no qual punha em relevo a importância da contribuição brasileira para a criação de uma nova literatura no arquipélago. Segundo ele:

Os cabo-verdianos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os Estados do Nordeste do Brasil dispunham os cabo-verdianos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentindo-se apoiados, na análise do seu caso, pelos novos ensaístas brasileiros, os cabo-verdianos descobriram o seu caminho. (apud FERREIRA, 1986, p.4)

Ao referir-se a “novos ensaístas brasileiros”, Oliveira tinha em mente, sobretudo, um nome: Gilberto Freyre, citado várias vezes nesse mesmo artigo, e com quem vinha mantendo copiosa correspondência desde 1931. A conclusão do texto destaca, como faria Freyre tantas vezes, a excelência adocicada da colonização portuguesa, o que os distinguia dos demais europeus em sua lida com os autóctones. Diz ele: “O facto positivo é a criação em Cabo Verde de um ambiente de grande liberdade humana, nascida desse *processus sui generis* absolutamente português, ao invés dos colonizadores anglo-saxónicos” (Idem). Anos mais tarde, partiria dele a sugestão para que o governo salazarista, na figura do Ministro de Ultramar, Sarmento Rodrigues, convidasse o sociólogo Pernambucano para uma viagem às colônias e domínios portugueses.

Curiosamente, a recepção à obra de Gilberto Freyre em Portugal e em Cabo Verde seguiu caminhos simetricamente opostos. Quando da publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, o salazarismo ensaiava seus primeiros passos, apoiado pelo pensamento fascista, em franca ascensão na Europa. A elite portuguesa, católica fervorosa e pretensamente branca, viu com péssimos olhos o retrato do luso como alguém que, híbrido em sua origem, tenderia por natureza à miscigenação. Não por acaso, estudava-se em Portugal, por essa altura, a pedido do Ministro das Colônias, Armindo Monteiro (1931-1935), a introdução de políticas oficiais de segregação racial, a exemplo do que vinha sendo feito na Rodésia e na então União Sul-africana. Já os cabo-verdianos, às vésperas da publicação da *Claridade*, cuja principal bandeira seria justamente a especificidade crioula do arquipélago, vislumbraram em Gilberto Freyre o modelo que imaginavam ideal para a análise da realidade cabo-verdiana e rechearam a revista com citações e idéias do sociólogo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrocada das ideologias nazi-fascistas, os planos para implantação de sistemas assumidamente segregacionistas por parte da ditadura de Salazar tornaram-se inviáveis e a política lusa para a África tomou novo rumo. Não que o governo português pretendesse alterar qualquer relação mantida com suas colônias, mas o discurso acerca de tais relações, incluindo as que tiveram lugar nos séculos anteriores, deveria mudar. E o discurso luso-tropicalista, que se mostrara tão adequado aos netos dos senhores de engenho e dos barões do café, que emergiam como classe econômica dominante no Brasil na transição do modelo agrário para o urbano-industrial, no início dos anos de 1930, serviu como uma luva aos dedos salazaristas, afinal, não tão diferentes assim.

Do perfil que Freyre traça para os portugueses, duas características interessaram diretamente ao ideário salazarista: a natureza etnicamente democrática, visível nas

relativamente boas relações entre senhores e escravos, e a capacidade civilizadora do luso nos trópicos. No trecho seguinte, o autor põe em relevo ambos os pontos:

Também quanto à relativa *benignidade nas relações*, no Brasil, entre os vários grupos étnico-culturais. São grupos que, interpenetrando-se, vêm concorrendo, através de considerável mobilidade social, quer horizontal, quer vertical. Para favorecer, nesta parte da América, sob a forma de uma *civilização moderna* em ambiente tropical, uma democracia dinamicamente étnico-cultural com o mérito pessoal tendendo, cada vez mais, a superar desvantagens tanto de etnia quanto de classe que possa prejudicar indivíduos. (FREYRE, 1971, p. XXI; grifos meus)

Impossível não enxergar as idéias do brasileiro nas palavras do próprio Salazar.

Em entrevista a *Life*, o ditador deixa transparecer em seu discurso esses dois pontos cruciais do pensamento de Gilberto Freyre: a relação harmoniosa do português com outros povos e o efeito civilizador da colonização portuguesa. Diz ele:

Estes contatos jamais envolveram a menor idéia de superioridade racial ou discriminação... creio poder dizer que a característica principal da África portuguesa – apesar dos esforços conjugados em muitos setores para atacá-la com palavras e ações – é a primazia que sempre demos e continuaremos a dar à intensificação do valor e da dignidade do homem, sem distinção de cor ou de credo, à luz de princípios da civilização que nós levamos às populações que em todos os sentidos estavam aquém de nós. (*apud* MEDEIROS, 1984, p. 35)

Não por acaso, duas das obras de Freyre em que o luso-tropicalismo é mais evidente, *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O Luso e o Trópico* (1961), foram publicadas às expensas do governo salazarista e distribuídas aos diplomatas portugueses para que as utilizassem em defesa da manutenção do colonialismo em terras africanas.

Também as críticas não tardariam. Os cabo-verdianos, que, ao contrário dos portugueses, acolheram desde o primeiro momento as idéias de Freyre, mostraram-se profundamente decepcionados com o que o sociólogo escreveu sobre Cabo Verde, sobretudo em *Aventura e Rotina*. Nesse relato de viagens, Freyre vê os habitantes das ilhas não como mestiços ou crioulos, mas como africanos que, tendo recebido certos

valores europeus, encontrar-se-iam em um estado de indefinição cultural, cujos indícios seriam a fragilidade econômica, o uso de um dialeto bárbaro, incapaz de servir como meio complexo de expressão, e a ausência de uma legítima arte popular.

Baltasar Lopes, fazendo-se porta-voz do grupo da *Claridade*, rebate as críticas de Freyre em *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, de 1953. Grande filólogo, talvez o principal sistematizador do crioulo cabo-verdiano, incomodou Lopes sobretudo o menosprezo pelo idioma das ilhas, que para o cabo-verdiano, sobreviveria como a verdadeira língua nacional. O tempo lhe daria razão.

As críticas mais ferrenhas, contudo, viriam, paradoxalmente, de dentro de uma instituição oficial, a Companhia dos Diamantes de Angola, na figura de seu comandante, Ernesto Vilhena. Freyre, que passara alguns dias em regiões de operação da Companhia, criticou seu modo de ação, que julgou segregacionista, por influência de um suposto modelo belga de colonização. O comandante Vilhena, que não negou o segregacionismo, defendeu-se dizendo que “A política indígena da Companhia é essencialmente a clássica e tradicional orientação portuguesa.” (1955, p. 7).

O próprio Osório de Oliveira, amigo de Freyre, e que em artigo publicado no segundo número da *Claridade* louvara, citando o brasileiro, a “excelência da colonização portuguesa e da nossa capacidade civilizadora”, decepcionou-se com a frivolidade das análises e com o menosprezo ao caráter crioulo de Cabo Verde.

Com o passar dos anos, sobretudo após a Revolução dos cravos, nova historiografia crítica acerca da colonização portuguesa na África ganhou força, sobretudo com os trabalhos de Boxer e Perry Anderson. Também autores portugueses tomaram parte nessa revisão historiográfica. Boaventura Santos (2002, pp. 9-43), em recente artigo, procura analisar a questão a partir do papel subalterno de Portugal dentro da ordenação econômica européia. Para ele, o país sofreria de uma indefinição entre

colonizador e colonizado, já que, embora possuísse colônias, era dependente de países do centro do sistema.

No entanto, a questão está longe de ter sido definitivamente superada, e espectros do luso-tropicalismo entremostam-se, vez por outra, nas entrelinhas do discurso. Em um Seminário promovido em 2000 pela Fundação Gilberto Freyre, o luso-tropicalismo encontra guarida em vários artigos, sobretudo de autores portugueses. Em Cabo Verde, ainda hoje, mesmo entre jovens que não viveram os tempos coloniais, não será difícil encontrar quem pense que a independência trouxe mais prejuízos que benefícios. No Brasil, o maior obstáculo para a implantação de políticas afirmativas para a comunidade afro-descendente continua sendo a idéia de que aqui não há discriminação racial. Recentemente, em Portugal, um programa de televisão realizou, após uma série de debates, uma sondagem para descobrir quem teria sido, segundo os telespectadores, o mais importante português da história. Salazar venceu com facilidade, tendo obtido cerca de 40% dos votos, o dobro do segundo colocado, Luís Vaz de Camões.

Como se vê, não apenas a História, mas a própria Historiografia segue seu curso, por vezes iluminando, como se espera, o que uma ideologia de dominação tornara obscuro, por vezes, reproduzindo, sem plena consciência, certas sombras do passado, sinais de que, quando nos distraímos, o Império, ainda que combalido, contra-ataca.

### **Referências bibliográficas**

- \_ FERREIRA, Manuel (Org.). *CLARIDADE*. 2ª. Ed. Fac-similar. 1986.
- \_ FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: CEN/Edusp, 1971. [Col. Brasileira, 348].
- \_ MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *Elogio da Dominação – Relendo Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Achamé, 1984.
- \_ MOTA, Carlos Guilherme. “Saindo das brumas: *O Mundo que o português criou*”, in: ABDALA Jr, Benjamin. *Incertas Relações: Brasil – Portugal no século XX*. São Paulo: Senac, 2003. pp. 149-180.

- \_ QUINTAS, Fátima (Org.). *Seminário Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000.
- \_ SANTOS, Boaventura de Sousa. “Between Prospero and Caliban: colonialism, post-colonialism, and inter-identity” , In: *Luso-Brazilian Review*, V. 39, number 2, Winter 2002. University of Wisconsin Press. pp. 9-43.
- \_ VILHENA, Ernesto. *Aventura e Rotina: crítica de uma crítica*. Lisboa, 1955.